

### ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA

EM

#### 14 DE DEZEMBRO DE 2010

#### ACTA Nº 28

Aos catorze dias do mês de Dezembro do ano de 2010, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Ricardo João Barata Pereira Alves e com a presença dos Vereadores Senhores, Avelino de Jesus Silva Pedroso, António Gonçalves Cardoso, Paula Inês Moreira Dinis, Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Duarte Ventura e comigo, Odete Maria Paiva Fernandes, Assistente Técnica
O Senhor Presidente justificou a falta do Senhor Vereador Luis Paulo Fonseca Carreira Costa que, por motivos profissionais, não pôde estar presente
Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas
ORDEM DO DIA
O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:
ORDEM DE TRABALHOS:Capítulo Primeiro — Diversos;
Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, propôs ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto do art. 83º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro e nos termos do Regimento em vigor, reconheça a urgência da deliberação sobre os assuntos abaixo indicados:
1 Alteração ao Protocolo de Delegação de competências às Juntas de Freguesia de Pombeiro da Beira e Sarzedo, em matéria de administração da Cantina.
2 Alteração ao Protocolo de Delegação de competências às Juntas de

Freguesia de Celavisa, S. Martinho da Cortiça e Sarzedo, em matéria de abertura



		•						•		abastecime		_	; e
	A Câ	mara	Municip	al d	leliberou, p	or ur	nanimio	dade, ace	itar	a inclusão r	na O		Dia
dos	referi	dos a	ssuntos.									 	

# Capítulo Primeiro

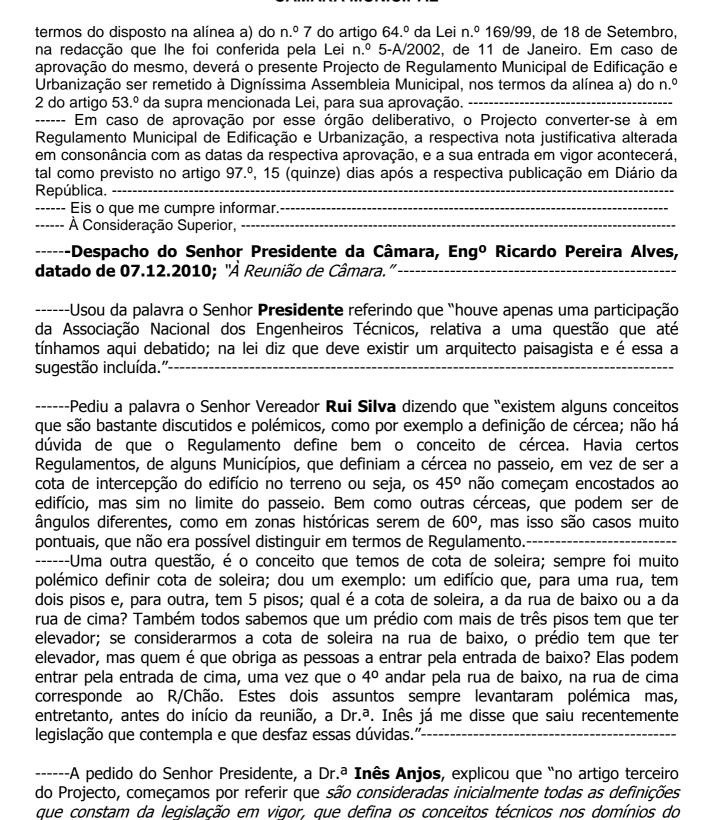
### **Diversos**

PRIMEIRO: Discussão e votação do Projecto de Regulamento Municipal de
Edificação e Urbanização
Presente um exemplar do Projecto de Regulamento em apreço, que se dá por reproduzido para todos os efeitos e se anexa cópia à acta
Presente também a informação nº I/DAGF/1154/2010, datada de 07812/2010, elaborada pela Técnica Superior Inês Anjos, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
"Relativamente ao assunto supra identificado cumpre-me informar a V. Exa. o seguinte: Decorridos os 30 (trinta) dias de apreciação pública do Projecto de Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, desde a data da sua aprovação e afixação nos locais de estilo, torna-se necessário que o mesmo seja, novamente, remetido a reunião de Câmara para a sua aprovação após a ponderação das sugestões apresentadas, nos termos da alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro
"1 — Os projectos de operações de loteamento urbano são elaborados por equipas multidisciplinares, que deverão incluir pelo menos um arquitecto, um engenheiro civil, um arquitecto paisagista e um urbanista, contudo, a necessidade da participação destes técnicos poderá ser apreciada caso a caso."
A ANET invoca que o mesmo não se encontra em consonância com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 292/95, de 14 de Novembro. Cumpre-me esclarecer, então, o seguinte:
O Decreto-lei n.º 292/95, de 14 de Novembro, estabelece os princípios relativos à definição das qualificações oficiais a exigir aos autores de planos de urbanização, planos de pormenor e projectos de operação de loteamento O seu artigo 4.º dispunha:



"1-Os projectos de operações de loteamento urbano são elaborados por equipas
multidisciplinares, que devem incluir pelo menos um arquitecto, um engenheiro civil, ou
engenheiro técnico civil, e um arquitecto paisagista
2-As equipas multidisciplinares de projectos de operações de loteamento dispõem de um
coordenador técnico designado de entre os seus membros
3-Exceptuam-se do disposto no n.º 1 as operações de loteamento urbano:
a) Que não ultrapassem, em número de fogos em área, os limites para o efeito fixados
em regulamento municipal;
b) Que incidam em áreas abrangidas por plano de urbanização ou de pormenor;
c) Cujos lotes confinem todos com arruamento públicos existentes, não implicando
alterações às redes viária pública e de infra-estruturas exteriores aos prédios
4-Os projectos de operações de loteamento urbano previstos no número anterior podem
ser elaborados, individualmente, por arquitecto, engenheiro civil, técnico urbanista ou
engenheiro técnico civil
5-Qualquer loteamento em zona de protecção a edifícios classificados deve ser
elaborado por um arquitecto ou por equipa multidisciplinar, consoante a área esteja ou não
abrangida por plano de urbanização, de pormenor ou de salvaguarda."
Contudo, a norma revogatória (artigo 28.º) presente na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho
(que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos
responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos) veio a revogar os números 3 e 4
daquele artigo
Assim, não existindo actualmente as anteriores excepções ao disposto no n.º 1 do artigo
4.º, o mesmo terá aplicação, ou seja, os projectos de operações de loteamento urbano são
elaborados por equipas multidisciplinares, que devem incluir pelo menos um arquitecto, um
engenheiro civil, ou engenheiro técnico civil, e um arquitecto paisagista
A redacção do n.º 1 do artigo 87.º do Projecto de Regulamento Municipal de Edificação e
Urbanização em apreciação pública permitia que a intervenção desses técnicos fosse
apreciada caso a caso
Contudo, tal possibilidade de apreciação casual não é compatível com a Lei actualmente
vigente, assim, a redacção daquele n.º já se encontra alterada no Projecto que ora se remete,
em conformidade com a Lei, e em conformidade com a sugestão apresentada pela
Associação supra identificada, pelo que se propõe a respectiva aprovação pelo órgão
executivo
Foi também realizada reunião entre os técnicos intervenientes neste processo de
elaboração do Projecto (a ora signatária, a Dra. Eduarda Figueiredo e o Arquitecto Bruno
Dinis), no sentido de recolher novas propostas de alteração. No entanto, as situações
apontadas que deveriam encontrar-se acauteladas no futuro Regulamento Municipal de
Edificação e Urbanização já se encontravam devidamente previstas, pelo que não foi
necessária qualquer alteração ao texto existente
Importa ainda acrescentar que foram substituídos os esquemas/figuras que constam do
artigo 9.º, pois os mesmos foram retirados de Regulamento existente nesta matéria noutro
Municipio, pelo que se entendeu necessário e adequado, para não incorrer em qualquer
violação de direitos de autor, proceder à elaboração de novos esquemas/figuras, diferentes
dos anteriormente apresentados, contudo, representativos da mesma ideia
Perante as considerações supra expostas, remete-se o Projecto de Regulamento Municipal
de Edificação e Urbanização à consideração do órgão executivo, para sua aprovação nos
and a summing the distribution of the sum of

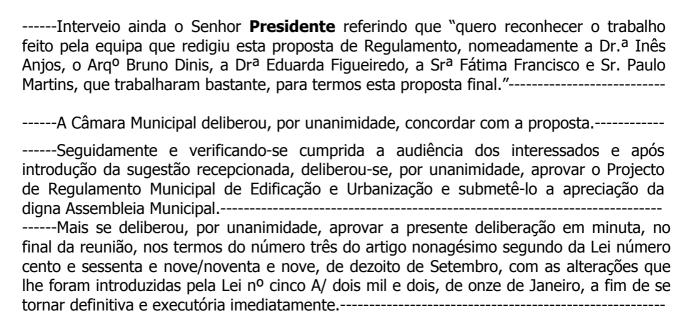




ordenamento do território e do urbanismo a utilizar pelos instrumentos de gestão



territorial. Não referimos o Decreto Regulamentar que actualmente se encontra em vigor porque, entretanto, pode até ser alterado, sendo que todas estas definições são definições que não se encontravam previstas nessa legislação. Para não estarmos aqui a repetir conceitos técnicos que já se encontram legalmente previstos, foi adoptada esta solução."--



#### Capítulo Segundo

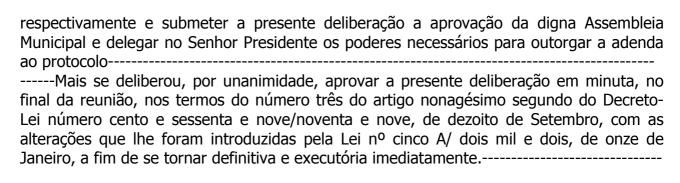
#### Assuntos Incluídos na Ordem do Dia

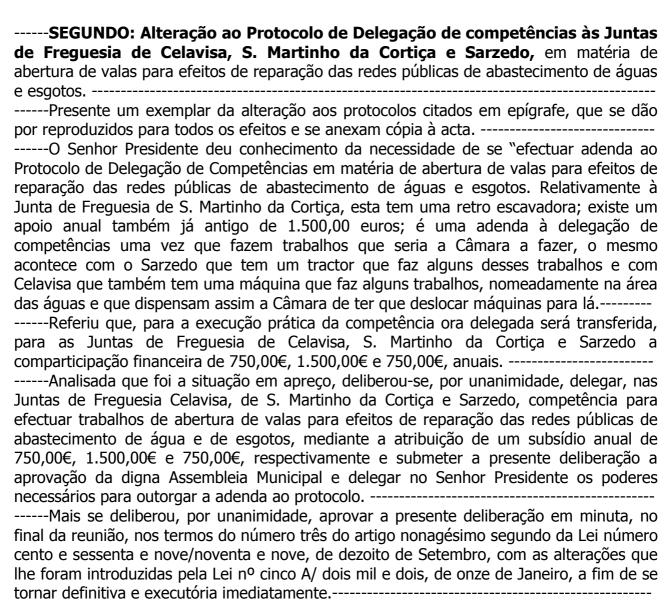
( Artº 83 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações)

PRIMEIRO: Alteração ao Protocolo de Delegação de competências às Juntas de Freguesia de Pombeiro da Beira e Sarzedo, em matéria de administração
da Cantina
Presente um exemplar da alteração aos protocolos citados em epígrafe, que se dão
por reproduzidos para todos os efeitos e se anexam cópia à acta
O Senhor Presidente deu conhecimento da necessidade de se efectuar adenda ao
Protocolo de Delegação de Competências para a gestão dos refeitórios escolares de
Pombeiro da Beira e Sarzedo, informou ainda que o valor previsto a ser transferido é de
9.204,84€ e 17.816,76€, respectivamente
Analisada que foi a situação em apreço, deliberou-se, por unanimidade, delegar, nas
Juntas de Freguesia de Pombeiro da Beira e de Sarzedo, competência para administração
da Cantina, mediante a atribuição de um subsídio anual de 9.204,84€ e 17.816,76€,











### **ENCERRAMENTO**

_			 	
-	 		 	